


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001090-16.2017.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Manoel Ciriaco da Silva**
 Requerido: **Agraben Administradora de Consórcios Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Manoel Ciriaco da Silva, qualificado nos autos, ajuizou ação de rescisão contratual c.c. devolução de quantia paga e indenização por danos morais em face de **AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, aduzindo, em síntese, que celebrou, no estabelecimento da empresa NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA., contrato de adesão de consórcio para aquisição de uma motocicleta CG 150 TITAN EX MIX. Aduz que após efetuar o pagamento de 21 parcelas do consórcio, totalizando R\$ 3.177,47, recebeu comunicado que a empresa AGRABEN havia entrado em liquidação extrajudicial. Pede a rescisão do contrato, a devolução integral dos valores pagos, a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor equivalente a dez mil reais e a declaração de nulidade das cláusulas contratuais que impossibilitam a devolução das parcelas pagas. Requereu a inversão do ônus da prova, nos termos da legislação consumerista.

A ré AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA., citada, não apresentou contestação (fls. 62).

O autor requereu o julgamento da lide (fls. 65).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Passo à análise do mérito.

Citada, a requerida não apresentou contestação, motivo pelo qual decreto sua revelia. Contudo, não é demais ressaltar que a falta de contestação não gera presunção absoluta e, portanto, não implica necessariamente na procedência total do pedido. Vejamos.

No mais, ficou incontroversa nos autos a contratação do consórcio, o pagamento da quantia e a não concretização da avença em razão da decretação de liquidação extrajudicial da ré AGRABEN.

Assim, a pretensão do autor tem amparo no disposto no artigo 475, do Código Civil que prevê que “a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato”.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Apenas isso já basta para proclamar a rescisão contratual e determinar a restituição à parte autora dos valores pagos, sem que a administradora possa reter qualquer montante a título de taxa de administração ou outros consectários, já que a resolução da avença decorre de culpa exclusiva sua, enquanto administradora do consórcio.

O Superior Tribunal de Justiça, em julgamento proferido no Recurso Especial nº 1.119.300/RS, processado na sistemática dos recursos repetitivos, definiu a seguinte tese: *"É devida a restituição de valores vertidos por consorciado desistente ao grupo de consórcio, mas não de imediato, e sim em até trinta dias a contar do prazo previsto contratualmente para o encerramento do plano"*. A situação tratada no caso vertente é diversa, porque envolve administradora de consórcio em situação de liquidação extrajudicial. Ao contrário dos casos em que os grupos de consórcio estão em pleno andamento, sendo a desistência mera opção do consorciado, no presente feito a extinção do contrato é certa, de modo que a devolução das quantias pagas pelo autor deve ser imediata. Confira-se: "CONSÓRCIO. BEM IMÓVEL. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS. 1. Prevaleceu, na hipótese, a tese de que a rescisão do contrato se deu por culpa da administradora e não por desistência deliberada do consorciado. 2. Sendo assim, cabível a restituição imediata e integral dos valores pagos pelo consumidor (...) 5. Recurso da autora provido em parte, desprovido o do réu." (Apelação nº 0001376-82.2011.8.26.0439, 16ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Melo Colombi, j. 24.06.2014).

Ao contrário daquelas hipóteses em que o grupo de consórcio está em andamento, e a desistência decorre de mera opção do consorciado, no caso dos autos o desfazimento da avença dá-se por culpa da administradora.

Frustrada a expectativa do consorciado, os valores devem ser integralmente restituídos.

Não há danos morais a serem indenizados. Cuida-se de hipótese de descumprimento contratual.

Nesse sentido: CONTRATO. CONSÓRCIO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA ADMINISTRADORA. RESPONSABILIDADE DO LOJISTA. DANOS MORAIS. 1. Os réus firmaram uma parceria, por intermédio da qual a lojista disponibilizaria motocicletas da marca Honda para aquisição mediante sistema de consórcio administrado pela outra ré. O contrato foi descumprido em razão do decreto de liquidação extrajudicial da administradora de consórcios. 2. Sendo assim, respondem ambas as rés perante o consumidor, ficando a lojista com direito de regresso perante a empresa parceira. 3. Os propalados danos morais, contudo, não restaram configurados. O contrato foi rescindido judicialmente, com a ordem de devolução integral dos valores pagos, colhendo o autor aborrecimento, decepção e frustração das expectativas. Mas não a tal ponto de causar abalo psíquico passível de indenização, considerada a suscetibilidade do homem médio. 4. Recurso parcialmente provido. (TJSP, Relator(a): Melo Colombi; Comarca: Araraquara; Órgão julgador: 14ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 03.03.2017; Data de registro: 03.03.2017).

Veja-se que apenas há falar em efetivo dano moral, quando ocorre efetiva dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade dos acontecimentos do cotidiano, situação que interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. O dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, dado que fazem parte do que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

rotineiramente acontece no nosso dia-a-dia.

Por fim, os juros moratórios são devidos mesmo após a decretação da liquidação extrajudicial, conforme entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça: *"A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento de que a liquidação extrajudicial não interrompe a contagem dos juros moratórios, haja vista a possibilidade de sua fluência a partir da decretação da quebra, existindo ativo suficiente para o pagamento do passivo"* (AgRg no AREsp 2.338/GO, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, j. 19.03.2013).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pleito inicial em relação à ré **AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA** que deverá **RESTITUIR** à parte autora os valores desembolsados, com correção a contar dos respectivos pagamentos e juros de mora à taxa legal a partir da citação, o que deverá ser apurado por simples cálculo na fase oportuna. Os juros somente serão devidos se houver ativo suficiente para tanto na massa liquidanda.

Por outro lado, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido de indenização por danos morais.

Dada a sucumbência preponderante da ré, arcará com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

Interposta apelação, viabilize-se contrarrazões e remetam-se os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Publique-se e intimem-se.

Ibate, 19 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**